

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

CAROLINE DA ANUNCIAÇÃO CARVALHO

“Não existe racismo estrutural no Brasil”:

a censura contida no relatório da Fundação Palmares no
contexto do pós-facismo

Bragança Paulista
2025

“Não existe racismo estrutural no Brasil”:
a censura contida no relatório da Fundação Palmares no
contexto do pós-facismo

Relatório solicitado como parte dos requisitos para a apresentação de trabalho de pesquisa científica para a 15ª BRAGANTEC, realizada de 16 a 18 de outubro de 2025, no IFSP *campus* Bragança Paulista.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Henriques Machado

Bragança Paulista
2025

RESUMO

O fascismo histórico teve como uma de suas práticas, a censura a elementos que o mesmo considerava inimigos da pátria, com destaque para a censura exercida a bens culturais como livros e outras obras de arte. Com a ascensão das novas direitas nas últimas décadas passamos a vivenciar uma retomada dessa prática, por meio de ações políticas ou governamentais que visam criminalizar ou censurar livros ou obras de arte. Desse modo, o presente projeto tem como objetivo analisar o relatório produzido pela Fundação Palmares – que trata da triagem dos livros da biblioteca da instituição realizada e o expurgo de obras que, segundo a instituição, possuem “temática alheia à negra”, os quais deveriam ser excluídos da instituição pois representariam um plano ideológico de domínio da instituição por parte de correntes de esquerda. Partindo disso, buscar-se-á compreender a maneira pela qual a instituição, que visa fomentar, valorizar e resguardar a cultura afro-brasileira foi administrada pela gestão do então governo Jair Bolsonaro e na época presidida por Sérgio Camargo. O projeto visa compreender o então governo pelo conceito de pós-fascismo desenvolvido pelo historiador italiano Enzo Traverso, o qual compreende o fenômeno das novas direitas, não apenas como um neo-fascismo, mas como “pós-fascismo”, tendo em vista que tais movimentos trazem elementos do fascismo tradicional, como a censura, mas ao mesmo tempo incorporam elementos novos e muitas vezes complexos e contraditórios, como uma política que se coloca contra as ações inclusivas e contrárias ao antirracismo.

Palavras-chave: Fundação Palmares. Pós-fascismo. Novas Direitas.

ABSTRACT

Historical fascism had among its practices the censorship of elements it considered enemies of the nation, with particular emphasis on the censorship of cultural assets such as books and other works of art. With the rise of the new right in recent decades, we have witnessed a revival of this practice through political or governmental actions aimed at criminalizing or censoring books or works of art. Thus, this project aims to analyze the report produced by the Palmares Foundation—which addresses the screening of the institution’s library collection and the expurgation of works that, according to the institution, have a “non-Black theme” and should therefore be excluded, as they would represent an ideological plan of domination of the institution by left-wing currents. Based on this, the project seeks to understand the way in which the institution, whose purpose is to promote, value, and safeguard Afro-Brazilian culture, was managed during the administration of the Jair Bolsonaro government, under the presidency of Sérgio Camargo. The project aims to interpret that government through the concept of post-fascism developed by the Italian historian Enzo Traverso, which understands the phenomenon of the new right not merely as neo-fascism but as “post-fascism,” considering that such movements carry elements of traditional fascism, such as censorship, while at the same time incorporating new, often complex and contradictory elements, such as policies opposing inclusive measures and anti-racist actions.

Keywords: Palmares Foundation. Post-fascism. New Right.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	OBJETIVOS	7
2.1	Objetivos gerais	7
2.2	Objetivos específicos	7
3.	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	8
4.	RESULTADOS	9
5.	CONCLUSÕES	13
	REFERÊNCIAS	15
	ANEXOS	17

1 INTRODUÇÃO

O projeto parte da seguinte questão: por que uma instituição pública voltada à valorização da cultura afro-brasileira promoveu a exclusão de livros que tratavam justamente desse assunto sob a justificativa de que possuíam “temática alheia à negra”? Essa pergunta surgiu a partir da análise do relatório “Retrato do acervo: Três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”, elaborado pela própria Fundação durante a gestão de Jair Bolsonaro. O documento apresenta uma lista de obras consideradas inadequadas e propõe seu expurgo da biblioteca da instituição, atribuindo a elas uma suposta dominação ideológica de esquerda.

O problema levantado é se esse relatório representa apenas uma disputa política ou se pode ser compreendido como parte de uma lógica de censura ideológica promovida pelas chamadas “novas direitas” que, conforme Traverso (2019) são movimentos políticos surgidos com força a partir dos anos 2010, em escala global, marcados por nacionalismo, populismo, xenofobia e racismo. Eles compartilham elementos comuns, como o discurso autoritário e a simplificação de conflitos sociais, mas assumem formas distintas em cada país.

A partir disso, a pesquisa busca analisar o conteúdo do dossiê e a condução da Fundação Palmares - que surgiu em 1988 a fim de valorizar e preservar a memória afro-brasileira - à luz do conceito de pós-fascismo, desenvolvido pelo historiador Enzo Traverso que explica que essa política é uma categoria analítica para compreender uma direita radical em mutação, que ainda não se cristalizou em um modelo único, combinando traços herdados do fascismo histórico com formas adaptadas ao século XXI.

A relevância deste estudo está em refletir sobre os usos da memória e da cultura em disputas políticas e ideológicas, especialmente em instituições públicas. Trata-se de um tema que ultrapassa o caso específico da Fundação Palmares, inserindo-se em discussões mais amplas sobre liberdade de expressão, identidade, racismo e democracia no Brasil contemporâneo.

O estudo se baseia em uma análise documental e teórica, com apoio de autores como Traverso (2019), Deaecto (2021) e Leandro de Paula (2022), contribuindo para o debate sobre as consequências da censura institucional e o papel do Estado na definição da cultura. A pesquisa, portanto, relaciona política, história e memória em um contexto marcado por polarização e revisionismos. O projeto pretende contribuir para a reflexão sobre os limites entre gestão ideológica e censura, evidenciando o impacto de discursos autoritários em instituições que deveriam preservar a diversidade cultural e histórica do país.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivos gerais

Nosso objetivo geral é estudar o relatório produzido pela Fundação Cultural Palmares "Retrato do acervo: Três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares".

2.2 Objetivos específicos

A fim de discutir sobre os limites do humor no ambiente virtual, nossos objetivos específicos são os seguintes: (i) analisar o contexto histórico e político da administração da instituição durante o governo Jair Bolsonaro, sob a perspectiva da história social; (ii) investigar o conteúdo e a intenção ideológica do relatório, considerando seus elementos de censura e perseguição político-cultural; (iii) interpretar as ações da Fundação Palmares à luz do conceito de pósfascismo, relacionando-as às práticas das chamadas “novas direitas”.

3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Após a decisão de analisar o relatório do acervo da Fundação Cultural Palmares, realizamos uma análise do contexto de sua criação. Fizemos isso ao estudarmos a história desse órgão tão importante para a cultura negra, de acordo com Xavier (2018). Logo em seguida, estudamos a sua administração durante o governo Jair Bolsonaro, buscando compreender as práticas institucionais a partir do prisma da história social em consonância com Lopes (2022) e Deaecto (2021).

A partir disso, com essas informações em mente, decidimos estudar nosso principal material de pesquisa: o documento “Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”. Examinamos os principais argumentos apresentados - sendo que alguns desses podem ser encontrados na seção Anexos do presente relatório - pelo ex-presidente da instituição, Sérgio Camargo, e as repercussões provenientes da publicação deste dossiê.

Nesse viés, procuramos analisar as iniciativas da fundação sob a ótica do pós-fascismo, estabelecendo conexões com as práticas atribuídas às chamadas ‘novas direitas’.” Entretanto, para isso, investigamos os conceitos de pós-fascismo e “novas direitas”, segundo Traverso (2019) e de fascismo, segundo Stanley (2018).

Após a realização desta pesquisa, identificamos as principais diferenças entre o fascismo e o pós-fascismo, buscando compreender como essas distinções se refletem na realidade das novas direitas. Em seguida, analisamos os principais argumentos do ex-presidente da instituição à luz dos conceitos estudados e iniciamos o registro dos resultados os quais esperamos que contribuam para a compreensão dos impactos das ações da Fundação Palmares, durante o governo Jair Bolsonaro, na preservação da cultura afro-brasileira. A partir disso, a análise crítica do relatório produzido pela instituição visa evidenciar de que forma políticas públicas podem ser utilizadas para promover exclusões ideológicas, comprometendo a diversidade cultural e os princípios democráticos.

4 RESULTADOS

Apresentamos a seguir os resultados obtidos a partir da análise documental e conceitual realizada.

Posteriormente à abolição, os ex-escravizados e seus descendentes enfrentaram a exclusão social e política e tiveram sua cultura invisibilizada pelo Estado. Para resistir, eles criaram irmandades religiosas, terreiros, clubes sociais, jornais e movimentos que garantiam espaços de afirmação da identidade negra. Com isso, no século XX, surgiram iniciativas como a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, que articularam pautas de valorização cultural e combate ao racismo. Contudo, mesmo durante a repressão da ditadura militar, a mobilização não cessou. Com a redemocratização, essas lutas se fortaleceram e resultaram em conquistas institucionais, sendo que, entre elas, estava a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) em 1988, durante o Governo Sarney.

O artigo de Lopes (2022) apresenta uma análise histórica da atuação desse órgão durante o governo de Jair Bolsonaro, destacando como a gestão de Sérgio Camargo promoveu um projeto revisionista. Nomeado em 2019 e empossado em 2020, Camargo ganhou notoriedade por suas declarações contrárias ao movimento negro e, posteriormente, por suas ações institucionais que buscavam redefinir a narrativa oficial sobre a questão racial no Brasil. Entre as iniciativas, estiveram artigos publicados no site da Fundação que desmereciam figuras simbólicas, como Zumbi dos Palmares, e exaltavam personalidades como a Princesa Isabel, alinhando-se a um discurso governamental que nega a existência do racismo estrutural no país e retoma uma visão já difundida no período da ditadura militar.

Segundo o autor, a administração da FCP nesse período representou um rompimento com a trajetória institucional construída desde sua fundação em 1988, quando a entidade surgiu no contexto da redemocratização e se consolidou como importante referência na valorização da cultura afro-brasileira. Até então, a instituição havia dialogado com intelectuais, militantes e políticas públicas que reconheciam a desigualdade racial e buscavam mecanismos reparatórios, como as ações afirmativas implementadas a partir dos governos FHC, Lula e Dilma. Esse processo foi interrompido pela ascensão do projeto conservador, que resgatou narrativas de “integração nacional” sem conflitos, em consonância com o ideário de setores da extrema-direita.

Essa pesquisa foi realizada baseando-se na análise de dois conjuntos

documentais: artigos institucionais da FCP publicados entre 2006 e 2019 e textos divulgados em 2020 já sob a gestão de Sérgio Camargo. Essa comparação evidencia a mudança discursiva na forma como a Fundação passou a tratar datas históricas, como o 13 de maio e o 20 de novembro, deslocando o foco da luta antirracista para uma visão revisionista da história. A judicialização de alguns desses textos e sua posterior republicação em sites de extrema-direita demonstram o caráter ideológico da estratégia em curso. Ao final, o autor conclui que tais práticas buscam desmobilizar e deslegitimar as pautas políticas do movimento negro, reconfigurando a memória coletiva e a identidade nacional em consonância com o discurso oficial do governo Bolsonaro. Esse movimento retórico revela uma tentativa de redefinir a memória histórica da escravidão e da abolição de forma a apagar os conflitos raciais e desmobilizar a agenda política antirracista.

Com isso, podemos analisar os argumentos do relatório dedicado ao acervo bibliográfico divulgado por Camargo. Tal documento afirma que a coleção é “defasada” e “brutalmente parcial”, concluindo que apenas 46% dos 9.565 títulos têm relação com a temática negra. Já os demais 54% são classificados como materiais de “ideologia de gênero”, “pornografia”, “manuais de guerrilha”, “bandidolatria”, entre outros temas considerados fora do escopo da instituição.

Indo além, as obras rotuladas como “inadequadas” foram divididas em categorias como “iconografia delinquencial”, “intromissão partidária” e “livros de Marx, Lênin e Stalin”. Além desses, autores como Marighella, Hobsbawm, Simone de Beauvoir e Max Weber também foram incluídos na lista. Contudo, ao apresentar tais classificações como medidas técnicas, a gestão instrumentalizou a administração pública como ferramenta para realizar um expurgo simbólico de memórias e referências culturais ligadas ao pensamento crítico e à luta antirracista.

Diante desse cenário, o Conselho Federal de Biblioteconomia repudiou a iniciativa, destacando que a medida ignorava critérios técnicos da Biblioteconomia e princípios da Administração Pública, além de adotar parâmetros pessoais e ideológicos.

Somado à isso, a Coalizão Negra por Direitos, conjunto de 200 organizações do movimento negro e entidades de defesa do patrimônio cultural, entraram com ação civil pública contra o expurgo do acervo. Essa petição argumentava que a medida feria direitos constitucionais de acesso à cultura e configurava censura, além de violar o dever do Estado de proteger a memória afro-brasileira. Ressaltava-se que o acervo, construído por décadas, reunia obras de valor histórico e cultural inestimável, fundamentais para a preservação da identidade negra no Brasil.

Assim sendo, a Justiça acatou os argumentos e concedeu liminar proibindo a Fundação Palmares de promover o descarte dos livros. Tal decisão evidenciou a necessidade de preservação integral do acervo, reconhecendo-o como patrimônio público e sociocultural. Entretanto, ainda que as medidas revisionistas não tenham se consolidado plenamente, o episódio expôs a vulnerabilidade do patrimônio cultural frente a intervenções ideológicas.

Ao buscar entender as motivações por trás dessa iniciativa, achamos algumas características em comum com o pós-fascismo e as “novas direitas” debatidas por Traverso (2019) e com o fascismo definido pelo filósofo estadunidense Jason Stanley (2018).

Para Traverso (2019) - historiador italiano e professor emérito da Cornell University - os anos a partir de 2010 marcaram a ascensão de uma nova direita em escala global. Esse fenômeno ganhou visibilidade com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e com o fortalecimento de forças nacionalistas, populistas, racistas e xenóforas em diferentes países. Embora apresentem traços que dialogam com o fascismo clássico do século XX, esses movimentos não se declaram abertamente fascistas e tampouco podem ser reduzidos a uma repetição exata da experiência dos anos 1930. Para o italiano, vivemos em um momento histórico distinto, caracterizado pela globalização, pelo neoliberalismo e por novas configurações culturais e sociais que moldam o terreno político atual.

Nesse contexto, o autor introduz o conceito de **pós-fascismo**, que não deve ser entendido como fascismo em sentido pleno, mas como um fenômeno em transição, ainda instável e em processo de cristalização. O pós-fascismo se distingue por sua particularidade cronológica e por seu caráter híbrido: ele preserva certos elementos do fascismo histórico, como a retórica nacionalista e a lógica de exclusão, mas assume formas adaptadas ao século XXI. Seu conteúdo ideológico é errático e contraditório, combinando filosofias políticas que, em tese, seriam opostas — por exemplo, a figura do “negro de direita” ou do “antiantirracista”, que ilustra a coexistência de posições paradoxais dentro desse campo político. O conceito, portanto, ajuda a descrever uma etapa histórica em que forças radicais de direita ainda se encontram em transformação, sem contornos tão definidos quanto os movimentos totalitários do passado.

Por fim, Traverso (2019) argumenta que as **novas direitas** são fenômenos heterogêneos, assumindo características específicas em cada país, mas compartilhando traços comuns, como o populismo autoritário, a deslegitimação das instituições tradicionais e a mobilização de medos sociais. Essas forças emergem em um regime de

historicidade próprio do século XXI, marcado pela desigualdade global, pela crise da representação política e pelas tensões culturais da globalização. Mas elas diferem do fascismo histórico por não oferecerem ainda uma ideologia totalmente coesa, mas são igualmente perigosas porque simplificam os conflitos sociais e podem corroer a democracia a partir de mecanismos internos.

À luz desse, tais práticas do Sérgio Camargo podem ser compreendidas como expressão da lógica das novas direitas, articulada com o conceito de pós-fascismo formulado por Enzo Traverso. Elas evidenciam a combinação de elementos herdados do fascismo histórico — narrativas simplistas como o anti-intelectualismo, a propaganda que fabrica inimigos internos, a vitimização dos grupos dominantes e a produção de “irrealidade” por meio da reclassificação ideológica do acervo, debatidas por Stanley (2018) — com mecanismos adaptados ao século XXI, entre os quais se destacam o uso de justificativas técnicas e jurídicas para respaldar medidas de cunho ideológico e a circulação de conteúdos em redes digitais de extrema-direita após sua retirada oficial. Esse hibridismo confirma a leitura de Traverso segundo a qual o pós-fascismo não é uma repetição do fascismo dos anos 1930, mas um fenômeno em transição, instável e contraditório, capaz de mobilizar paradoxos como o de figuras “antiantirracistas” no interior de uma pauta autoritária.

5 CONCLUSÕES

Apresentamos a seguir os resultados obtidos a partir da análise documental e conceitual realizada.

Com base nos resultados obtidos, podemos chegar a algumas considerações. Em primeiro lugar, a análise histórica demonstra que a trajetória da população negra no Brasil, desde a abolição, foi marcada pela resistência frente à exclusão social e pela criação de espaços de afirmação identitária, o que culminou em iniciativas institucionais importantes, como a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) em 1988. No entanto, verificamos que durante o governo Bolsonaro, especialmente sob a gestão de Sérgio Camargo, houve uma ruptura com esse legado, marcada por um projeto revisionista que buscava redefinir a memória coletiva e enfraquecer a agenda política antirracista.

Em segundo lugar, a comparação documental entre os períodos anteriores (2006–2019) e o ano de 2020 revela uma mudança significativa no discurso da FCP. Enquanto antes a instituição se dedicava à valorização da cultura afro-brasileira e ao reconhecimento das lutas do movimento negro, sob a nova gestão ela passou a promover um discurso alinhado à extrema-direita, que negava a existência do racismo estrutural, exaltava figuras como a Princesa Isabel e desmerecia personalidades históricas como Zumbi dos Palmares. Essa inflexão discursiva foi acompanhada por tentativas de expurgo do acervo bibliográfico da instituição, classificando como “inadequadas” obras de autores fundamentais para o pensamento crítico, como Hobsbawm, Simone de Beauvoir e Marighella.

Além disso, o episódio envolvendo o relatório “Retrato do Acervo” evidenciou como a administração pública foi instrumentalizada para legitimar medidas de caráter ideológico. Sob a aparência de critérios técnicos, buscou-se censurar e excluir parte significativa da produção intelectual relacionada à luta antirracista e ao pensamento progressista. A reação de entidades como o Conselho Federal de Biblioteconomia e a Coalizão Negra por Direitos, que acionaram a Justiça e obtiveram decisão liminar para impedir o descarte dos livros, demonstra a relevância do controle social e das instituições democráticas na contenção dessas práticas. Ao mesmo tempo, expõe a vulnerabilidade do patrimônio cultural diante de projetos políticos que tentam reescrever a memória coletiva.

Por fim, a administração do ex-presidente da instituição exemplifica a forma como as “novas direitas”, descritas por Traverso, operam dentro de instituições democráticas. A adoção de critérios supostamente técnicos para justificar a exclusão de obras do acervo, bem como a reinterpretação de figuras históricas como Zumbi e Princesa Isabel, evidencia um processo de manipulação da memória coletiva que se ancora em práticas já identificadas por Jason Stanley como típicas do fascismo — o anti-intelectualismo, a

criação de inimigos internos e a tentativa de apagar conflitos sociais. Assim, observa-se uma combinação entre heranças do fascismo histórico e estratégias contemporâneas de legitimação, que tornam o fenômeno mais sutil, porém igualmente ameaçador.

Ao mesmo tempo, a circulação de tais narrativas em redes digitais e sua apropriação por grupos de extrema-direita revelam o caráter híbrido e em constante mutação do que Traverso denomina pós-fascismo. Não se trata de uma simples repetição dos anos 1930, mas de uma adaptação a um novo regime de historicidade, marcado pela globalização, pelo neoliberalismo e pela crise da representação política. Esse hibridismo permite que discursos revisionistas e negacionistas encontrem espaço para corroer instituições por dentro, criando “irrealidades” que fragilizam a democracia e ameaçam a diversidade cultural. Nesse sentido, a experiência da Fundação Palmares confirma a atualidade da luta em defesa da memória afro-brasileira como parte fundamental da preservação de valores democráticos no século XXI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Shel. **Pela alma do negro**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/oswaldo-de-camargo-dar-nome-deum-negro-a-uma-praca-e-coisa-historica/#cover>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BIANCHI, Alvaro; MELO, Demian. Donald Trump é fascista? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018. p. 67-86.

DEAECTO, Marisa Midori. **O governo Bolsonaro e o mal-estar dos livros: sobre o expurgo do acervo bibliográfico da Fundação Palmares (primeiro ato)**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-governo-bolsonaro-e-o-mal-estar-dos-livros-sobre-oexpurgo-do-acervo-bibliografico-da-fundacao-palmares-primeiro-ato/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

DE PAULA, Leandro; AYALA, Pedro. **Contrapublicidade e a política racial da Fundação Cultural Palmares (2019-2022)**. Dissonância, v. 7, 2023, e2023004.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra – CNIRC, 2021.

LOPES, Juliana S. C.; NEVES, Paulo S. da C. **Quando a memória é o pomo da discórdia: o 13 de maio de 2020 e a Fundação Palmares**. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/185560/185696>. Acesso em: 26 jun. 2025.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. 11. ed. Porto Alegre: L&PM, 2025.

TRAVERSO, Enzo. **Do fascismo ao pós-fascismo**. Tradução de Monica Lúcia R. Fernandes e Rafael Alexandre Mello; revisão de Raphael Lana Seabra. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 13, n. 2, 2019.

XAVIER, Fabiana Guimarães. **Políticas públicas para cultura negra: a Fundação Cultural Palmares**. 2018. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29965/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Reposit%C3%B3rio.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

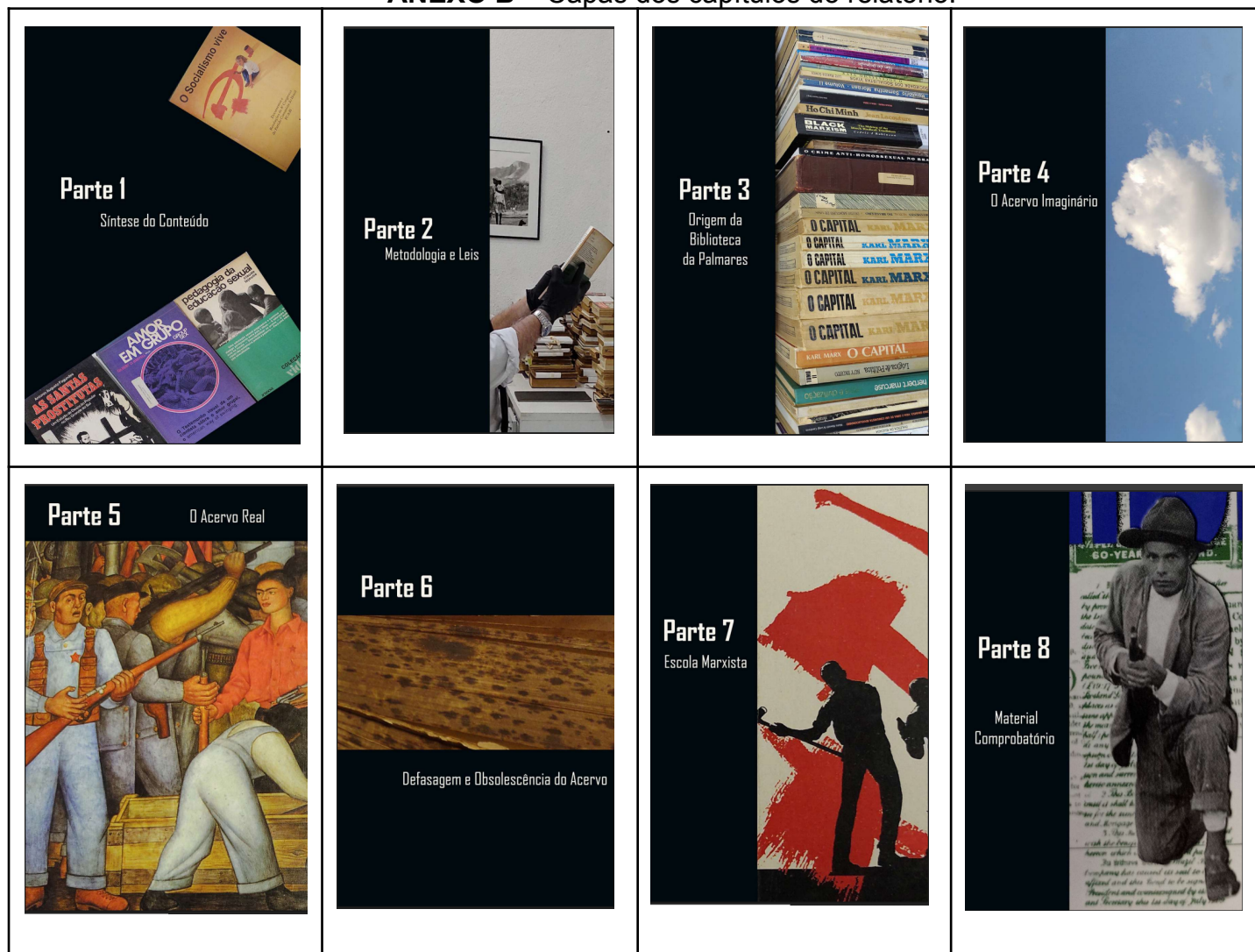
ANEXOS

ANEXO A – Capa e contracapa do relatório.



Fonte: Fundação Cultural Palmares. Relatório Público ["Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares"]. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/07/retrato-do-acervo-palmares.pdf> (acesso em: 20 jun. 2025).

ANEXO B – Capas dos capítulos do relatório.



Fonte: Fundação Cultural Palmares. Relatório Público ["Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares"]. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/07/retrato-do-acervo-palmares.pdf> (acesso em: 20 jun. 2025).

ANEXO C – “Levantamento Quantitativo”, “Triagem dos Livros Inadequados”, “Preservação dos Livros Inadequados” e “Acesso ao Material Probatório”.

Levantamento Quantitativo

A avaliação temática depende da quantitativa para definir os níveis de influência de cada tema no conjunto do acervo.

Por exemplo, registrar uma obra de Karl Marx para cada vinte de Machado de Assis gera um determinado contexto. Porém, encontrar centenas de obras de/e sobre Karl Marx para uns poucos exemplares carcomidos de Machado de Assis, como foi o caso, configura-se em algo bem diferente.

Os livros, panfletos e catálogos foram verificados um a um. Depois de avaliados, foram acondicionados em 201 caixas, divididas em:

- Caixas “A” (Temática negra, militante e não militante);
- Caixas “B” (Temática não negra, militante e não militante);
- Caixas “C” (Temática não negra, francamente marxista).

Triagem dos Livros Inadequados

A separação do que permanecerá no acervo da Palmares do que será descartado obedeceu ao que determina o Regimento Interno, em pleno respeito à Missão Institucional.

Não houve julgamentos subjetivos na triagem. Foram aplicados critérios rigorosamente técnicos e legais, os quais conduziram à identificação do material inadequado.

15

Preservação dos Livros Inadequados

Nenhum livro foi ou será destruído. Trata-se de patrimônio público. Todo o acervo da Fundação Cultural Palmares segue sendo tratado com o maior cuidado e armazenado de forma adequada e em ambiente protegido.

Acesso ao Material Probatório

A totalidade das constatações contidas neste Relatório Público são atestadas por documentos físicos, e foram resultados de uma aplicação rigorosa das diretrizes do Regimento Interno da Fundação e da Lei Federal que a gerou.

Os documentos, compostos por livros, apostilas e panfletos, estão acondicionados e identificados dentro dos critérios deste levantamento, na sede da Fundação Palmares, em Brasília.

16

Fonte: Fundação Cultural Palmares. Relatório Público [“Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”]. 2021. Páginas 15-16. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/07/retrato-do-acervo-palmares.pdf> (acesso em: 20 jun. 2025).

ANEXO D – “Números e Percentuais Gerais”, “A Temática Negra”, “Temática Alheia à Missão Institucional” e “Acervo Bibliográfico”.

Números e Percentuais Gerais

O acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares é composto por:

- 9.565 títulos, sendo:
 - 1.530 Folhetos, folders e catálogos (16%);
 - 8.035 Livros (84%).

Este acervo total de 9.565 títulos constitui-se de:

- 46% de temática negra (4.400 títulos);
- 54% de temática alheia à negra (5.165 títulos).

A Temática Negra

Os 46% (4.400 títulos) da temática negra se dividem em:

- 5% (478 títulos) de cunho pedagógico, educacional e cultural dentro da missão institucional;
- 28% (2678 títulos) de militância política explícita ou divulgação marxista, usando a temática negra como pretexto;
- 13 % (1244 títulos) de catálogos, panfletos e folhetos, mesclando material de militância com informativos e descritivos de eventos e exposições.

25

Temática Alheia à Missão Institucional

Os 54% alheios à temática estão divididos em:

- 08% temática claramente marxista (765 títulos);
- 20% de temática geral com viés marxista (1.913 títulos);
- 26% de temática geral (2.487 títulos).

Nesses 54% do acervo, encontramos os seguintes temas:

- Sexualização de crianças;
- Ideologia de gênero;
- Pornografia e erotismo;
- Manuais de guerrilha;
- Manuais de greve;
- Manuais de revolução;
- Bandidolatria;
- Bizarrias.

Acervo Bibliográfico

- Apenas 5% cumprem a missão institucional da Fundação Palmares;
- 95% descumprem e desvirtuam a missão institucional da Palmares.

26

Fonte: Fundação Cultural Palmares. Relatório Público [“Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”]. 2021. Páginas 25-26. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/07/retrato-do-acervo-palmares.pdf> (acesso em: 20 jun. 2025).

ANEXO E – “Adequação do Acervo ao Atendimento do Público-alvo”, “Condições Físicas do Acervo” e “Percentual do Acervo Adequado às Normas Atuais da Língua Portuguesa”.

Adequação do Acervo ao Atendimento do Público-alvo

- 4% Totalmente adequado;
- 42% Parcialmente adequado;
- 54% Totalmente inadequado.

Condições Físicas do Acervo

- 35% encardidos e envelhecidos (não raros), inadequados para manuseio;
- 40% em bom estado de conservação;
- 25% em estado intermediário, tolerável para manuseio.

Percentual do Acervo Adequado às Normas Atuais da Língua Portuguesa

- 97% obsoleto, por ser anterior ao acordo ortográfico em vigor desde 2016;
- 3% atualizado segundo acordo ortográfico.

Fonte: Fundação Cultural Palmares. Relatório Público [“Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”]. 2021. Página 27. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/07/retrato-do-acervo-palmares.pdf> (acesso em: 20 jun. 2025).